Liberdade ainda que tardia

PLANO DE GOVERNO

romeu zema 30
GOVERNADOR
VICE PAULO BRANT

Minas merece o Novo

Minas Gerais, 2018

NOVO

Conheça o Novo: zema30.com.br

Carta aos eleitores

Muito mais que um plano de governo, este é um plano de esperança. Perdemos nos últimos anos este sentimento que é o mais importante e fundamental para continuarmos tendo propósito.

A velha classe política, tão desgastada, tão apegada aos privilégios e tão comprometida com seu continuísmo, conseguirá minar nossa vontade por dias melhores?

Definitivamente não! Chega dos mesmos.

Uma nova estrutura do estado e uma revisão profunda nas leis é necessária. Os partidos que vem se revezando no poder não estão preparados para conduzi-las. Já tiveram esta oportunidade por décadas e demonstraram incapacidade e incompetência.

Somente um agente externo e NOVO, sem vícios, sem vínculos com o passado e com o errado pode nos devolver a esperança.

NOVO em tudo: no nome, nas pessoas e principalmente nas propostas. Tenho orgulho de ser mineiro e nunca vão tirar isso de mim!

Romeu Zema

Sumário

Apresentação 4

Estrutura do Governo 6
1. Cidadão no foco - Projeto para redução do aparato estatal 10
2. Enfrentamento de Privilégios 11
3. Gestão Pública Profissional 12
4. Menos é Mais, Minas é Mais! – Projeto de Simplificação Tributária 13
5. Programa Simplifica – menos burocracia com processos mais simples e inteligentes 14
6. De olho no futuro – renovação das práticas previdenciárias 14

Geração de Riqueza e trabalho 15
7. Transparência e Fim de Incentivos 19
8. Inversão da Lógica de Licenciamentos 20
9. Menor Burocracia ao Empreendedor 20
10. Desestatização como Real Incentivo à Geração de Riquezas 21
11. Empresas Públicas mais Eficientes e Menos Estatais 21
12. NOVOS Caminhos – Programa de Infraestrutura 22
13. CertiFisco – Projeto de Incentivo a um mercado consumidor mais ativo 22

Segurança Pública 23
14. Maior custo e Menor retorno para o crime 27
15. Melhor investigação 28
16. Parcerias no Sistema Penitenciário 28
17. Tecnologia e Informação de última geração 29
18. Vigilância Rural Privada 29
19. Fim às Invasões 30

Educação 31
20. Parcerias Público-Privadas (PPPs). 35
21. Liberdade para Educar - Desregulamentação e autonomia escolar 35
22. Liberdade ao Aprendizado Individual 36
23. Parcerias na Educação Rural 36
24. Competitividade no Desempenho Escolar 36

Saúde 37
25. Transparência 40
26. Hospitais Públicos com a qualidade de uma instituição privada 41
27. Hospitais Regionais Sustentáveis 41
28. Investimento Intensivo em Tecnologia e Telemedicina 42
29. Excelência em Imunização e Conscientização 42
30. Em Direção ao Sistema de Mercado 42

Outros Posicionamentos 43
Cultura 43
Programas Sociais 43
Turismo 44
Sustentabilidade Ambiental 44
Saneamento Básico 44
Mobilidade Urbana 45
Conclusão 46

Apresentação

De quatro em quatro anos os indivíduos são chamados a decidir em quem eles desejam confiar a gestão de serviços essenciais que afetam diretamente em suas vidas. Isto se chama democracia e dá a cada pessoa o poder e a liberdade de escolha, por meio do voto, daquele candidato que mais representa seus interesses.

No entanto, esse processo não funcionou muito bem até o presente momento. Devido às dificuldades de uma sociedade ainda em construção, a gente honesta e trabalhadora de nosso estado, compreensivelmente, abdicou de parte de seu poder de cidadania para construir o caminho de suas próprias vidas, esperando que os governantes tivessem o mesmo cuidado com a sua sociedade. No entanto, a maioria da população não contava que essa permissão conferida a um seleto grupo de políticos levaria o estado de Minas Gerais a uma situação de calamidade geral, deixando milhares de pessoas desassistidas e em situação de verdadeira miséria, algo que não se via igual há anos.

A nossa democracia, nos moldes atuais, limita a participação dos indivíduos nas decisões do estado, deixando à mercê da boa vontade dos governantes a opção de abrir, ou não, o espaço para a escolha por parte das pessoas. Por mais que alguns candidatos e partidos façam promessas ligadas à participação e ao diálogo, o que se vê é o oposto disto. Condições mínimas de transparência são deixadas de lado para esconder esquemas da velha política, e quando é aberto espaço para discussão, a decisão já havia sido tomada, sendo esse espaço apenas um palanque para o desabafo de desalentados.

O problema não se trata simplesmente de um determinado político ou de um partido específico, mas sim de toda uma estrutura e cultura criada, resultado da falta de participação da sociedade no processo político.

Tendo em vista que essas são as regras do jogo, e que deverá ser assim ainda por bastante tempo, o que fazer nesse momento para saber se um candidato, uma vez eleito, tomará as decisões certas para desenvolvimento da qualidade de vida de sua população?

Durante as campanhas, como os eleitores conseguirão realmente saber o que o candidato pensa e como ele agirá ao assumir o poder?

Como irão saber se ele será apenas mais um da classe política que se apropriará do estado para fazer valer seus próprios interesses?

É por isso que os integrantes do NOVO se apresentam nessas eleições como uma saída deste círculo vicioso. Não apenas para resolver os problemas, que não vão mudar de um dia para o outro, mas principalmente para devolver ao indivíduo, pela primeira vez, a responsabilidade da qual ele não pode se eximir: ter o controle das decisões que afetam diretamente sua própria vida.

Este Plano de Governo foi elaborado a partir da reunião de pessoas comuns que não possuem nada a esconder, e que, além de terem a vontade de fazer algo diferente do que está posto, são profissionais qualificados com experiência de gestão. O NOVO é um partido de pessoas sérias e comprometidas com um estado melhor para se viver, que acreditam que, até os dias de hoje, os governos têm prejudicado a sociedade devido à sua excessiva interferência e falta de integridade.

Estado demais, gastos públicos demais, corrupção demais, impostos demais. Acreditamos que a mudança pode acontecer quando devolvemos o poder de decisão ao indivíduo, de forma que ele mesmo possa fazer suas próprias escolhas. Acreditamos que a garantia da liberdade é a única e verdadeira função do estado, e que, por isso, ele deve ser o mínimo necessário, pois o indivíduo deve ser dono de si.

Desta maneira, não é o objetivo do NOVO acabar com o estado, mas sim reduzir a maneira com que ele influencia o cotidiano das pessoas. Apenas o próprio indivíduo pode decidir sobre o que é melhor para ele.

Longe de conter a solução para todos os problemas de Minas Gerais, por meio deste Plano de Governo os eleitores poderão conhecer a forma de pensar do NOVO, as premissas que estabelecemos e as alternativas que consideramos as mais inteligentes para tornarmos Minas Gerais um estado admirado.

Acreditamos que é por essa coerência e convicção que os eleitores confiarão em nossas propostas e não irão nos identificar tal qual identificam os políticos tradicionais. Esperamos que este documento seja uma fonte de conhecimento para os eleitores, mostrando que há novas formas de gerir o estado mais eficientes que o modelo tradicional que observamos há muitos anos.

Este Plano está dividido em cinco seções principais que o NOVO acredita as essenciais e prioritárias para o governo de Minas Gerais: Estrutura do Governo, Geração de Riqueza, Saúde, Segurança Pública e Educação, além de seções complementares ao final.

Para cada sessão será apresentado o contexto mineiro em relação àquele assunto e, logo em seguida, serão apresentados alguns pressupostos adotados por parte da sociedade e que apenas contribuíram para o agravamento da realidade.

Esperamos que o eleitor se liberte do "senso comum".

Por fim, serão apresentadas as premissas e diretrizes de ações que o NOVO propõe para cada área.

O sonho por liberdade está enraizado no povo mineiro há mais de dois séculos e continuará irremovível de nossa sociedade. Será a partir desse desejo que Minas irá liderar a mudança necessária para nosso país.

Liberdade ainda que tardia.

Estrutura do Governo

Em dezembro de 2016, foi decretada a situação de calamidade financeira em Minas Gerais. Um estado com muitas riquezas naturais e com grande potencial econômico, mas que se tornou alvo de governos irresponsáveis e descompromissados para com seus contribuintes, deixando-o em uma lamentável posição de crise financeira. Atualmente, tem-se um quadro de precariedade dos serviços públicos, de atraso no pagamento dos fornecedores e nos repasses às prefeituras, e de parcelamento dos salários dos servidores, o que demonstra o tremendo descaso das lideranças governamentais.

Esta crise, no entanto, é fruto de recorrentes anos de má gestão. Desde 2015, o estado vem acumulado resultados fiscais negativos, de maneira que os déficits primários somados até 2017 superam 12 bilhões de reais. A economia do estado está em profunda recessão e há quatro anos não há crescimento do PIB. Apesar disso, houve crescimento real da arrecadação de impostos, mas que não implicou na melhoria da alocação de recursos públicos para reverter este estado de calamidade.

Uma das grandes pressões nas contas públicas de Minas Gerais está justamente no crescimento dos gastos com servidores. Apesar de não ser possível verificar o aumento da produtividade da burocracia mineira, os gastos com pessoal continuam crescendo. De 2004 a 2017, a despesa com pessoal cresceu mais de 130%, enquanto que a arrecadação do ICMS, principal imposto do estado, cresceu 70%. Em termos numéricos, o montante de 504 mil servidores - 354 mil ativos e 150 mil inativos, subiu para 639 mil servidores - 403 mil ativos e 236 mil inativos. Isso significa que, de 22 bilhões de reais, esta despesa saltou para cerca de 50 bilhões de reais, consumindo mais da metade da receita corrente líquida do estado.

Isso gera também uma grande pressão no setor previdenciário, que teve sua despesa somada em mais de 22 bilhões de reais em 2017. Muitas carreiras do estado foram contempladas com reajustes expressivos, mas que não acompanharam a capacidade do governo em poder honrar com estes compromissos. Desta maneira, sofremos hoje com as sanções impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), já que Minas Gerais está constantemente esbarrando-se no limite colocado por esta lei para os gastos com pessoal.

Problemas causados por esta falta de comprometimento com a boa gestão são sentidos em todas as áreas de políticas públicas. Faltam equipamentos para as polícias, os professores não encontram condições adequadas para darem aulas, a infraestrutura dos hospitais está decadente e todos os indivíduos são afetados por este contexto. Assim, para que o eleitor seja capaz de votar conscientemente, é preciso que ele compreenda que a melhora de Minas Gerais depende de uma mudança no modo de fazer a gestão pública, começando por reformas primordiais que rompam com o círculo vicioso de desequilíbrio em que nos encontramos. Entrar com os velhos pensamentos não irá promover a mudança necessária. Desta maneira, é preciso elucidar alguns conceitos e desmascarar alguns mitos.

Aumento de impostos não gera mais e melhores serviços para a sociedade

Acostumou-se com a história de que aumentar impostos significa melhorar os serviços públicos. Mas não é verdade. O Brasil possui uma das maiores cargas tributárias do mundo, mas não se percebeu melhora na qualidade de vida dos indivíduos. Pelo contrário, o recurso tomado do trabalhador foi utilizado, muitas vezes, para manter privilégios dos líderes do governo e patrocinar gastos irresponsáveis.

Diferentemente do dono de uma mercearia, que precisa trabalhar dia e noite satisfazendo a necessidade de seus clientes para manter seu negócio, o Estado, como um mal gestor, cobre seus erros orçamentários com o dinheiro da população.

Na saúde, por exemplo, os gastos cresceram cerca de R$ 2 bilhões para R$ 9,2 bilhões em 10 anos, sem que o serviço fosse melhorado. Isso mostra que o serviço público de baixa qualidade prestado à população não se deve pela falta de recursos - os recursos estão disponíveis e crescendo todos os anos, mas sim pela sua má utilização.

É uma falácia dizer que o aumento de tributos melhora a qualidade dos serviços prestados.

Logo, deve-se ter como premissa que não há ninguém melhor que a própria a sociedade para decidir sobre a destinação dos recursos ganhos com a força de seu próprio trabalho.

Estado como reprodutor de desigualdades

Outra questão que precisa ser desmistificada é a desigualdade social. As situações dos moradores de ruas, de pessoas em situação de fome e de famílias sem condições de darem uma infância digna aos seus filhos são problemas causados pela persistência da pobreza.

Neste sentido, ela será efetivamente combatida somente por meio da geração de riquezas pela própria sociedade, que gera mais empregos e valoriza a hora do trabalhador, permitindo que a renda se espalhe.

Do jeito como atua hoje, o estado é um grande reprodutor da desigualdade e um mal combatedor da pobreza, uma vez que ele desequilibra o mercado ao conceder subsídios irracionais, dificulta a vida do empreendedor e desperdiça recursos com políticas sociais mal desenhadas e ineficientes.

Assim, os problemas sociais não se combatem com maior regulação e maior tributação, se faz por meio do aumento de empregos e da mínima interferência na atividade daqueles que tomam o risco de empreender.

Os efeitos da regulação

Não é preciso mais intervenção e regulação governamental em Minas Gerais. Pelo contrário, o estado já pratica uma das maiores alíquotas de ICMS de todo o país, o que afasta investidores da região.

Atualmente, o empresário preocupa-se mais com a complexidade da legislação do que com a melhora do seu negócio, o que aumenta a sonegação e as suas despesas. Além disso, essa complexidade eleva os gastos governamentais com controle e fiscalização de tributos, o que implica em mais dinheiro com custeio da máquina pública e menos recurso disponível para aqueles que desejam empreender.

O governo, ao invés de "incentivar" arbitrariamente e intervir nos diversos setores da economia, deve, na verdade, responsabilizar-se por simplificar tributos, facilitar o ambiente de negócios e torná-lo previsível para todos. Somente dessa maneira, será possível atrair novos investimentos, propiciando um ambiente de maior liberdade econômica e segurança jurídica, incentivando o pequeno e médio empreendedor.

A previdência pública estadual não é superavitária

Um dos principais problemas enfrentados pelo estado de Minas Gerais hoje é o financiamento da Previdência Social. Somente em 2017, o déficit da previdência superou R$ 16 bilhões, sendo que os gastos com a previdência correspondem hoje mais de 20% da receita do estado.

Muitas pessoas ingressaram na carreira pública devido aos grandes privilégios oferecidos pelo governo, inclusive o regime especial de previdência, em que não raro servidores alcançam aposentadoria integral e em uma idade muito inferior do que os demais.

No entanto, esses privilégios possuem um alto custo para a sociedade e, nos últimos anos, o crescimento do rombo previdenciário tem sido cada vez mais significativo. Se nada for feito, os serviços públicos estarão comprometidos e a previdência entrará em colapso, já que os gastos previdenciários, por serem protegidos constitucionalmente, farão com que outras áreas importantes sejam prejudicadas.

O dinheiro do estado não é infinito

A busca pelo equilíbrio financeiro deve ser a premissa de qualquer governo que assuma o poder do Estado. Assim como na administração de um lar, onde se busca gastar apenas aquilo que a renda familiar consegue pagar; o governo, mais do que qualquer outro, deveria ser o maior exemplo em relação a responsabilidade financeira.

O que acontece é que o estado, completamente endividado, ao invés de cortar despesas, fez mais dívidas para bancar gastos que são fixos, uma medida extremamente irresponsável que só contribui para agravar ainda mais o problema.

Seja qual for o governo, os recursos serão sempre limitados e as necessidades sempre ilimitadas, e que, nem por isso, deve haver desculpas para gastar o que não se pode e comprometer os próximos governantes.

A desconstrução do trabalho de quatro em quatro anos

Uma prática recorrente em mudanças de governo é a desconstrução do trabalho da gestão anterior sem nenhum aproveitamento de políticas exitosas. Essa prática enraizada na política impacta negativamente a continuidade das políticas públicas de Minas Gerais, bem como impede a construção de um modelo de gestão de conhecimento e de melhoria contínua à longo prazo.

Na Inglaterra, por exemplo, a oposição é uma instituição oficial. Para cada ministério existe a figura do ministro de oposição. A função desse ministro, da oposição, é fiscalizar as políticas que estão sendo adotadas e expor as soluções que ele apresentaria caso seu partido estivesse no poder.

Esse modelo eleva o nível de discussão a respeito das soluções para o problema do país e cria um ambiente mais propício à sustentabilidade governamental.

Assim, é possível estabelecer as premissas que vão embasar uma nova Estrutura de Governo para o Estado de Minas Gerais:

- **Não haverá aumento da carga tributária;**
- **Só será permitido o gasto se for possível mensurar seus resultados para a melhoria da qualidade de vida da população;**
- **Enfrentamento da burocracia e dos privilégios é essencial na reforma do Estado;**
- **Governo deve simplificar e desburocratizar ao invés de intervir e incentivar;**
- **A falta de recursos não é explicação para o serviço público de baixa qualidade;**
- **A pobreza será combatida com geração de empregos pela própria sociedade;**
- **As decisões serão tomadas visando o desenvolvimento em longo prazo;**
- **Será criada uma cultura de gestão de conhecimento e aproveitamento de boas práticas no setor público;**
- **Haverá equidade e igualdade de condições em relação a aposentadoria do servidor público e do trabalhador do mercado.**

Com isso, propõe-se ações alternativas de gestão do Setor Público, para que seja possível renovar Minas Gerais e torná-la novamente um símbolo de referência gerencial no país:

1. Cidadão no foco - Projeto para redução da estrutura estatal

O executivo estadual de Minas Gerais dispõe de mais de 20 mil cargos comissionados. Atualmente existem 21 secretarias de estado, sendo que algumas delas realizam funções e serviços semelhantes. Desta maneira, vamos conjugar estes órgãos para reduzir a burocracia e extinguir cargos comissionados desnecessários. Como exemplo, hoje há 179 cargos utilizados para assistir diretamente o governador e vice-governador (63 relativos a Secretária Geral do Estado, antiga Governadoria; 26 relacionados à Vice-governadoria e 90 ligados ao Gabinete Militar do Governador).

Além dos cargos, são dados a esses servidores "funções gratificadas" e "gratificações temporárias estratégicas". O montante total de gastos com os comissionados ligados ao governador e vice chega a R$ 684.010,00 por mês, cerca de R$ 9 milhões por ano. É possível então, extinguir a grande maioria dos cargos comissionados destinados a assistência direta do governador e vice-governador do governo de Minas Gerais, por exemplo.

Outro ponto fundamental é a delegação de funções para outros setores e organizações que irão prestar o mesmo serviço com uma qualidade melhor e com menos custos para o cidadão. Esta alternativa compreende na elaboração de concessões, parcerias-público privadas e ações de desestatização de serviços que não precisam ser prestados necessariamente pelo governo.

Em busca de também permitir que os municípios se renovem e sigam no caminho da redução de suas estruturas, será promovida através dos servidores públicos ativos, a capacitação dos gestores municipais, de modo que estes estejam aptos a captar recursos, seja a partir dos instrumentos de repasse previstos, ou contribuindo na atração de investidores externos, promovendo por exemplo as parcerias entre municípios e entes privados para o desenvolvimento de serviços públicos sobre os quais as prefeituras não possuem condições de ofertar, como por exemplo: iluminação pública, tratamento de resíduos sólidos e eficientização energética.

AÇÃO CONCRETA:

Reduzir de 21 secretarias para apenas 9, consolidando assuntos similares em uma única pasta e extinguindo outras que não sejam consideradas funções que devam ser exercidas pelo estado.

- **Secretaria de Planejamento e Controle**
- **Secretaria de Desburocratização e Promoção do Trabalho**
- **Secretaria de Segurança Pública**
- **Secretaria de Saúde**
- **Secretaria de Educação**
- **Secretaria de Infraestrutura e Logística**
- **Secretaria de Apoio Social**
- **Secretaria de Segurança Alimentar e Sustentabilidade**
- **Secretaria da Fazenda**

2. O Cidadão é o Privilegiado - Enfrentamento de Privilégios

Dentro do Poder Executivo mineiro, assim como nos demais poderes, existe uma cultura de apropriação dos recursos públicos que deve ser cortada. É preciso revisar o modelo estrutural de todos os poderes, exigindo o fim de regalias por meio de cortes em auxílios exorbitantes, restrição para carros de representação, festas, homenagens, banquetes, identificação de irregularidades relativas ao acúmulo de cargos e premiações de produtividade a servidores inativos, por exemplo.

Deve haver, portanto, uma revisão destes critérios de acordo com os padrões de mercado. Este ponto trata também da necessidade de revisar a cultura do "Direito Adquirido" no setor público, tendo em vista que eles não são de fato garantidos. Para isso, é preciso reorganizar este sistema de direitos para que algumas carreiras não sejam beneficiadas em detrimento de outras.

Queremos também incentivar uma mudança de cultura. Medidas com menor potencial de redução de despesas são essenciais para extinguir o paradigma de um estado cheio de privilégios.

Assim, o Palácio das Mangabeiras não será mais utilizado como moradia, tendo seu uso destinado a um museu de regalias; será priorizada a utilização de modais de transportes mais econômicos, sendo que helicópteros oficiais serão utilizados exclusivamente para compromissos oficiais, salvo por motivos de saúde do governador, com a devida transparência das viagens.

AÇÃO CONCRETA:

Corte imediato de regalias.

- **Atribuir nova função ao Palácio das Mangabeiras, deixando ela de ser a residência oficial do governo;**
- **Corte de verbas para alimentação e abastecimento de palácios;**
- **Corte de funções de mordomo, garçon, empregada doméstica para atendimento exclusivo do Governador.**
- **Corte total de homenagens e banquetes;**
- **Equiparação das vantagens e benefícios dos servidores públicos aos dos trabalhadores da iniciativa privada.**

3. Gestão Pública Profissional

Grande parte da ineficiência governamental se deve à falta de uma boa gestão dos servidores do estado e ao loteamento político decorrente de acordos em fase de campanha eleitoral. Desta maneira, é preciso pôr fim a cultura de troca de favores e também realizar alocações de pessoal mais inteligentes.

Para isso, é possível padronizar os processos e os serviços de gestão de pessoas, centralizando-os em um único sistema capaz de mapear setores onde há gorduras e carências de mão de obra, bem como detectar irregularidades no pagamento da folha de pessoal, incluindo licenças e auxílios. É a tecnologia sendo capaz de assegurar a integridade, reduzir custos e aumentar a produtividade do trabalho no setor público.

Além disso, para romper com esta cultura de indicar pessoas que não estão preparadas para realizar as tarefas governamentais específicas, será implementado o "Parecer de Seleção", que institui critérios técnicos, transparentes e que priorizem a "ficha limpa" na escolha do futuro trabalhador do estado.

Também é preciso garantir a integridade no trabalho dos administradores, estabelecendo maior rigor quanto à punição àqueles que cometem infrações no setor público. Para isso, serão feitas auditorias patrimoniais aleatórias dos agentes públicos a fim de evitar o enriquecimento ilícito e iniciar a reunião e monitoração de dados sobre os resultados dos processos administrativos por improbidade administrativa, a fim de garantir a certeza e celeridade de punição àqueles que cometem crime contra o interesse público.

AÇÃO CONCRETA:

- **Eliminação de indicação política para cargos técnicos, com a implementação de protocolo para seleção para funções e cargos no estado, considerando como fundamental o critério de ficha limpa e conhecimentos específicos na área.**

- **Implementação de sistema de acompanhamento e premiação por mérito.**

4. Menos é Mais, Minas é Mais! – Projeto de Simplificação Tributária

Ao que cabe ao estado, podem ser feitas medidas para tornar os impostos e taxas mais simples e transparentes para os indivíduos, de maneira a fomentar o ambiente de negócios, em especial para o pequeno empreendedor.

Assim, é preciso uniformizar o tratamento tributário aplicado a setores e atividades, em direção a uma tributação sobre valor adicionado com alíquota única e sem isenções.

Além disso, é possível simplificar a lei e o regulamento do ICMS, adotando para aqueles que quiserem, por exemplo, a mesma lógica do SIMPLES com alíquota única sobre a venda, ou faixas de alíquota com base na atividade, mas sem limite de perfil e porte de empresa. Ao estabelecer uma regra única, mais simples e isonômica para todos, facilita-se o entendimento sobre os tributos e dificultam-se as chances de sonegação.

AÇÃO CONCRETA:

- **Estabelecimento de alíquota única para o ICMS em Minas Gerais com período de transição para adaptação e ajuste dos contribuintes ao novo modelo.**
- **Simplificação do regulamento do ICMS para indicar apenas a base de cálculo e formas de recolhimento do imposto.**
- **Estabelecer programa de quitação de dívidas para adesão ao novo sistema.**

5. Programa Simplifica – menos burocracia com processos mais simples e inteligentes

Vários órgãos públicos submetem o cidadão a repetir procedimentos inúteis e que geram retrabalho para a própria Administração Pública. Problemas que na iniciativa privada são solucionados em questão de minutos podem demorar dias e exigir muitos funcionários quando se trata do setor público.

É possível informatizar, digitalizar e integrar as rotinas e informações de trabalho para tornar a gestão pública menos burocrática, mantendo a transparência e a segurança jurídica.

AÇÃO CONCRETA:

Análise e restruturação dos processos para que todos os procedimentos sejam realizados em apenas um local e de uma única vez.

6. De olho no futuro – renovação das práticas previdenciárias

Corrigir a irresponsabilidade das administrações passadas para com a previdência a partir da instituição de previdência privada complementar aos novos servidores.

Para o servidor já efetivado, haverá a liberdade de escolha em optar por se manter no atual sistema, sujeito a alterações no modelo de contribuição e de gestão do fundo previdenciário, ou pela escolha exclusiva da previdência privada complementar.

AÇÃO CONCRETA:

- **Fiscalização contínua de beneficiários de aposentadoria por invalidez e auditoria das concedidas nos últimos 5 anos;**
- **Auditoria das revisões de proventos maiores que os autorizados pelo TCE;**
- **Criação de programa para incentivo aos servidores a migrarem do sistema próprio de previdência para a Previdência Privada.**

Geração de Riqueza e Trabalho

Nunca houve gestão governamental que, ao invés de se preocupar com o aumento da arrecadação estadual, pensasse de fato nas melhores formas para contribuir com o crescimento econômico mineiro. Foram anos sustentados na ilusão de que as riquezas são feitas com políticas econômicas afirmativas por parte do próprio estado, sem colocar o indivíduo como protagonista no desenvolvimento de Minas Gerais.

O resultado disto é claro. São cerca de 1,2 milhão de desempregados, sucessivas quedas econômicas, taxas de crescimento menores do que as do Brasil e ainda uma situação crítica de calamidade financeira do estado. O crescimento em Minas, que em 2011 foi de 2,5% do PIB, passou para 0,5% em 2013, -0,7% em 2014 e -4,3%, em 2015. Apesar de os sinais desta crise terem sido apresentados em 2011, os governantes conseguiram agravar a recessão do estado com o aumento de gastos com o funcionalismo público.

Ainda assim, o potencial do estado é notável. Apenas em 2016, foram exportados 21,2 bilhões de dólares em produtos e serviços. Minas possui relações diretas com outros países, tendo a China, os Estados Unidos e a Argentina como os principais parceiros econômicos, representando cerca de 40% das exportações. O escopo de exportações do estado é basicamente formado por produtos primários, tais como minério de ferro (31%), café (15,5%), e ouro (6%), enquanto que as importações são caracterizadas por produtos beneficiados, dos quais, destacam em ordem: máquinas (33%) e produtos químicos (19%). Mesmo que os produtos exportados sejam, em sua maioria, commodities, o real problema é que não se observa saltos na produtividade dessas atividades, muito em parte ocasionada pela dificuldade ao acesso à tecnologia e ao alto custo de capital, fatores oriundos da burocracia e do excessivo volume de gastos públicos.

O que se observou em Minas Gerais até o momento foram governos que utilizaram dos potenciais econômicos do estado como moedas de trocas políticas e de financiamento da máquina pública. Neste sentido, foi criada uma cultura política baseada em subsídios arbitrários que não beneficiaram em nada a sociedade, mas apenas privilegiaram setores específicos da economia e criaram desequilíbrios no ambiente de negócios, principalmente ao empreendedor autônomo. Desta maneira, é preciso desmistificar a necessidade de um estado forte e atuante para dar lugar ao entendimento de que o papel do governo é propiciar, de forma justa e generalizada, um bom ambiente de negócios.

O governo não induz o crescimento da economia

O que se observa ao longo da história política de Minas Gerais é que muitos governantes se colocaram como responsáveis pelo desenvolvimento social, ou ainda afirmaram que eram eles quem possuíam soluções únicas para enriquecer a população. Entretanto, esta é uma falácia, tendo em vista que apenas os indivíduos são capazes de gerar riquezas, já que o estado nada produz.

O que acontece, na verdade, é que o estado realoca, seja por meio dos seus gastos, seja através de políticas de isenção e subsídios, recursos em diferentes setores da economia, porém sem promover o crescimento econômico e social. O resultado desse comportamento foi o desequilíbrio no mercado e o enriquecimento desmerecido de um seleto grupo de empresas, devido a privilégios concedidos pelo governo.

Propiciar um bom ambiente de negócios, de forma justa e generalizada, é a principal forma de gerar riquezas e combater a pobreza.

A maioria dos incentivos são feitos setorialmente, ou seja, para grupos de empresários selecionados. Isto quer dizer que quando a população escuta que o governo vai incentivar a economia desonerando algum produto considerado tradicional de Minas Gerais, na verdade este incentivo não passa de uma isenção arbitrária, que tira recursos do bolso do trabalhador comum e coloca no de algum "amigo do rei", reproduzindo a desigualdade.

Conforme se vê, este tipo de conduta não contribui para o desenvolvimento de Minas Gerais, e prejudica pequenos e médios empreendedores. Para gerar riquezas e combater a pobreza é necessário abandonar a política de incentivos direcionados para estimular a livre concorrência, por meio da diminuição da burocracia e do estímulo a um ambiente que promova a livre escolha pelo indivíduo do que dá mais lucro para ele, e não a escolha forçada de um setor específico.

Serviços públicos não precisam ser estatais

Atualmente, o estado monopoliza vários serviços públicos que não precisam, necessariamente, ser oferecidos diretamente pelo estado. No entanto, o governo não consegue ser eficiente para responder, com sua própria estrutura, às inúmeras demandas da população.

Os governantes insistem na tentativa de controlar toda e qualquer atividade possível, desde gerir uma lavanderia para roupas hospitalares até promover o investimento estratégico aeroespacial em Minas Gerais. Apesar disto, setores do mercado privado já oferecem muitos desses serviços com mais qualidade e com custos menores para os seus consumidores, mas o estado segue buscando suas próprias soluções.

Assim, é preciso entender que o governo não precisa oferecer todas as atividades diretamente, já que ele pode criar novos arranjos que garantam a prestação de serviços públicos com qualidade, independentemente de quem seja o responsável pela entrega destes serviços.

A desestatização não implica em perda do patrimônio da população

Governantes, ao longo da história política, criaram um discurso de que as empresas estatais são um patrimônio público da população e que a desestatização implicaria no fim de direitos da sociedade e na entrega dessas empresas para estrangeiros.

Os problemas das empresas estatais são que, em todas elas, há morosidade na execução das atividades, intervenções políticas e criação de monopólios que impedem a concorrência e influenciam negativamente no preço e na qualidade do produto ofertado. Além disso, as estatais são utilizadas para o financiamento de custos do governo em outras áreas. Assim, a empresa deixa de lado a lógica de desenvolvimento do produto e acaba gastando o dinheiro de forma ineficiente com a máquina pública.

Quando se fala em privatizar empresas estatais de Minas Gerais, os maiores objetivos são inibir a corrupção e a troca de favores políticos, melhorar a governança e eficiência dessas empresas e, principalmente, garantir a priorização da atuação do estado para aquilo que realmente importa e impacta na vida da população.

O papel do estado não é de gerar lucros, mas garantir a ordem pública e a oferta de serviços essenciais.

A regulação deve ser feita pelo estado apenas quando for estritamente necessário

Grande parte dos licenciamentos feitos hoje pelo estado desincentivam o ambiente de negócios, criam burocracia, atrasos e muitos gastos para quem deseja empreender. Há várias regulações que não agregam nenhum valor para a sociedade, é o chamado "procedimento pelo procedimento".

Esse controle sem motivo por parte do governo pode ser explicado pela necessidade de pessoas de dentro do estado em criar atividades e estrutura administrativa para que possam compartilhar mais cargos, criar novas taxas e aumentar o poder que os políticos e os governantes têm para que consigam satisfazer mais facilmente seus interesses pessoais. Além disso, o licenciamento atual possui poucos efeitos práticos, pois não garante que as empresas evitem irregularidades, e muitas vezes serve de álibi para que tais empresas se escusem da culpa no caso de infração.

Assim, a atividade regulatória exercida pelo estado deve presumir a inocência por parte do agente econômico, e em contrapartida deve-se garantir que a punição e a responsabilização serão severas em caso de irregularidades. Ademais, é possível transferir parte da atividade de regulação para o mercado por meio de certificações e selos de instituições privadas, de forma a incentivar ainda mais o ambiente de negócios.

A logística é ponto chave do desenvolvimento, porém o estado não é eficiente para gerir este setor

A logística em Minas Gerais é um dos fatores que mais afetam a competitividade da economia no estado, uma vez que ela está diretamente ligada ao custo dos produtos. Atualmente o estado é o principal responsável por esta área, porém, ainda que existam impostos e taxas, convivemos com rodovias precárias, ferrovias ultrapassadas, modal aquaviário incipiente e a ausência completa de reais investimentos logísticos. Além disto, a logística não é apenas os modais de transporte, mas também todos os movimentos de carga, de armazenamento, de entrada e saída de insumos, e de infraestrutura, em geral.

Fora a incapacidade prática do Estado, não é moral que todos os cidadãos, até mesmo aqueles que nem saem da sua cidade, paguem pelo impacto que certas atividades ocasionam nas estradas, como no caso dos caminhões nas vias dos minérios. A solução é privada, e os governantes sabem disso. O problema é que ou eles apresentam soluções impraticáveis ao mercado ou não movem o mínimo esforço para discutir mais profundamente os gargalos.

A tecnologia é chave para reduzir a pobreza no campo

A pobreza extrema é a situação mais comum no interior do país e de nosso estado. Cerca de 66% do total de propriedades rurais no Brasil apresentam uma renda bruta de menos da metade de um salário mínimo por mês. Apesar de ser dito que a reforma agrária é a solução para a pobreza no campo, estudos mostram que a concentração de terra corresponde a apenas 10% da geração de renda nas propriedades rurais. O que se vê, na verdade, é que a Reforma Agrária cria mais gastos com subsídios, indenizações e institutos de terras, sem gerar efetivamente valor ao indivíduo.

A razão principal da desigualdade no campo é a falta de acesso à tecnologia pela maioria dos produtores e a insuficiente assistência técnica de extensão rural. Logo, para incorporar tecnologia na atividade agrícola o produtor necessita de maior assistência técnica e melhor acesso aos mercados.

O crédito é também uma variável importante, uma vez que o pequeno produtor tem acesso restrito ao crédito oficial e aos mecanismos de financiamento de mercado. Assim, é preciso criar condições para que o pequeno produtor ganhe poder de barganha frente aos grandes produtores e tenha mais acesso à tecnologia presente nos fertilizantes, em sementes melhoradas, rações, defensivos agrícolas e no manejo das lavouras, por exemplo.

Desta maneira, o NOVO tem as seguintes premissas como base para geração de riqueza no estado de Minas Gerais:

- **Os incentivos governamentais serão generalizados e não seletivos;**
- **A verdadeira concorrência será a norma básica para organização da economia;**
- **A regulação não será uma atividade exclusiva do estado;**
- **Será extinta a cultura do "estado babá" e do "estado freio de mão";**
- **Organizações privadas podem oferecer serviços com mais qualidade e mais abrangência do que o estado;**
- **Desestatização é uma forma de o estado priorizar os serviços essenciais que ele deve ofertar;**
- **A solução para os problemas de logística e infraestrutura está no mercado;**
- **Procedimentos regulatórios que não agregam valor deverão ser extintos;**
- **O estado promoverá a atividade de certificação e licenciamento privado;**
- **A lógica de licenciamento deverá ser a priori e não a posteriori;**
- **A pobreza no campo deve ser combatida tornando os serviços de assistência técnica mais acessíveis e abrangentes aos produtores que mais precisam;**
- **A geração de riquezas na área rural perpassa por maior acesso ao mercado pelo pequeno produtor via incorporação de tecnologias.**

O objetivo do NOVO não é reduzir o estado a ponto de sua ausência, mas sim reduzir sua interferência no desenvolvimento orgânico do mercado, propiciando um ambiente de negócios mais simples, estável e igual, que dê maior segurança aos empreendedores. Para tanto, seguem as seguintes propostas de ações:

7. Transparência e Fim de Incentivos

Na atual cultura governamental algumas empresas e setores recebem mais subsídios que outras, sem transparência e comprovação dos seus benefícios para sociedade. Esta é uma velha prática que mantém privilégios e cria barreiras para o mercado. É necessário acabar e dar transparência a este sistema para dar lugar à livre concorrência e garantir a igualdade de oportunidades.

AÇÃO CONCRETA:

Eliminação de regimes especiais, benefícios e isenções fiscais, concessão de privilégios para quaisquer setores.

8. Inversão da Lógica de Licenciamentos

O licenciamento é pressuposto para grande parte dos negócios, contudo ele raramente é conduzido corretamente. É provável que a Boate Kiss e a Samarco, por exemplo, estavam legalmente regularizadas no papel, mas a prática mostrou o contrário.

Considerando a morosidade do setor público, é mais eficiente inverter a lógica dos licenciamentos, presumindo a priori a inocência por parte do agente econômico. Porém, em contrapartida a esta presunção, serão garantidas severas e implacáveis punições, a posteriori, no caso de irregularidades.

AÇÃO CONCRETA:

- **Licenciamento prévio de qualquer empreendimento conforme a lei;**
- **Simplificação e objetivação do regulamento de licenciamentos em geral para facilitar a apuração de responsabilidades;**
- **Estabelecimento de fiscalização integrada e contínua das quase 600.000 empresas estabelecidas no estado;**
- **Estabelecimento de regulamento para punição e intervenção em empresas que descumpram a legislação.**

9. Menor Burocracia ao Empreendedor

A abertura e manutenção de pequenos, médios e grandes negócios é prejudicada por muitos procedimentos exigidos pelo setor público, mas que, na prática, pouco agregam para a sociedade e para o empreendedor. Desta maneira, é necessário estabelecer medidas para que a função das Juntas/Conservatórias seja meramente o registro, ou seja, dar publicidade, sem haver qualquer revisão e análise do ato.

Serão permitidos também registros e certificações por entidades privadas. Além disso, será proibida a exigência de autenticação em documentos públicos, a fim de iniciar a redução do poder dos cartórios.

AÇÃO CONCRETA:

- **Certificação e homologação de cartórios virtuais "blockchains" para aumento da concorrência e certificação de documentos on line.**
- **Autorizar que associações comerciais reconhecidas e certificadas registrem empresas em um banco de dados "blockchain" para criar concorrência a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais.**

10. Desestatização como Real Incentivo à Geração de Riquezas

Muitos processos de desestatização não incentivaram a competição, somente criaram novos monopólios com a venda de estatais. É preciso desocupar o espaço monopolizado por essas empresas criando condições para que novos entrantes participem do mercado de forma competitiva.

Dessa forma, é necessário dar início a desestatização alienando empresas estatais de menor porte comprovadamente ineficientes. Isso anulará por completo interferências políticas nessas empresas e garantirá a livre concorrência que favorece o consumidor final.

AÇÃO CONCRETA:

- **Desestatização da CEMIG Geração e Transmissão, com a venda desmembrada das usinas produtoras de energia elétrica para empresas privadas para estimular a concorrência.**
- **Concessão da CEMIG Distribuidora com estabelecimento de metas de abrangência territorial e tarifas máximas a serem cobradas das Geradoras para entrega da energia nos estabelecimentos industriais, comerciais, rurais e residenciais.**
- **Abertura do mercado de tratamento de água e esgoto para empresas que implantem e gerenciem sistemas autônomos de tratamento e reuso de água, para aumentar a concorrência com a COPASA.**
- **Desmembramento da COPASA e concessão das partes para empresas privadas interessadas, com estabelecimento de tarifas máximas, prazos para implantação de rede, níveis de atendimento e qualidade.**
- **Extinção da CODEMIG e concessão de empresas e imóveis vinculados a CODEMGE.**

11. Empresas Públicas mais Eficientes e Menos Estatais

Como o processo de desestatização será um processo gradual, haverá empresas estatais que não serão privatizadas por completo num primeiro momento. Para essas que se mantiverem sobre o controle público, haverá abertura para aporte de capital privado, serão criados conselhos independentes, com possível presença de uma "golden share", que preserva decisões estratégicas sejam tomadas considerando a opinião do governo. Isso irá melhorar o perfil de risco financeiro da empresa e evitará que o governo apoie necessidades financeiras ou retire recursos da companhia.

O objetivo é que, mesmo ainda com parcela de controle público, as empresas iniciem um processo de desestatização.

AÇÃO CONCRETA:

- **Junção da UEMG, EPAMIG e EMATER e privatização das mesmas com estabelecimento de "Golden share", para manutenção do Status de Centro de Desenvolvimento científico;**
- **Estabelecimento de Fundo para Pesquisa e Desenvolvimento para financiamento de demandas do setor agropecuário, em quaisquer instituições de ensino e extensão;**

12. NOVOS Caminhos – Programa de Infraestrutura

Alguns problemas, como é o caso do modal de transportes e da infraestrutura arcaicos em Minas Gerais, são ditos como insolúveis devido à falta de orçamento do estado. Entretanto, com a participação de entidades privadas, via concessão ou parcerias público-privadas, é possível viabilizar os investimentos necessários para infraestrutura de Minas Gerais.

Portanto é preciso uma grande mobilização para privatizar/concessionar as estradas do estado. Isso por si só gera benéficos no ambiente de negócios com melhora da logística geral para a produção e circulação da riqueza.

O foco inicial será nas vias que são corredores principais da produção mineira e eixos turísticos, como por exemplo: a Estrada Real e o Circuito das Águas. Além disso, de forma pioneira e que mostrará ao cidadão os benefícios e a correlação direta com os tributos, permitindo a redução proporcional do IPVA pelo KM privatizado/concessionado.

AÇÃO CONCRETA:

- **Abertura de Concurso/Concessão para exploração de sistema de transporte mais eficiente e rápido entre o Aeroporto de Confins e a região metropolitana.**
- **Permitir e conceder a implantação de portos e sistemas de transporte fluviais sem limitação de tarifas e quantidades.**

13. CertiFisco – Projeto de Incentivo a um mercado consumidor mais ativo

O estado tem sido ineficiente para regular qualidade de produtos do mercado. Ao mesmo tempo, o próprio mercado tem criado novas formas de garantir a qualidade do que é produzido, fiscalizando de maneira autônoma os produtos e certificando sua qualidade.

Em especial no caso do agronegócio, a Lei n° 13.680/2018 abre o mercado nacional para produtos artesanais sem a necessidade de fiscalização pelo Ministério de Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), bastando a fiscalização por órgãos estaduais, como o IMA em Minas. Sendo assim, o Estado pode facilitar e agilizar o processo de fiscalização de produtos alimentícios de origem animal produzidos de forma artesanal, para que o produtor, independentemente do tamanho, mesmo os pequenos, encararem sua atividade como um empreendimento e articulem seus negócios junto às cadeias de suprimentos sem barreiras excessivas ao seu processo criativo.

Em qualquer dos casos, o governo deve deixar de ser um certificador e permitir que empresas acreditadoras, ou certificadoras de terceira parte, façam a gestão da qualidade dos produtos, desonerando o Estado de manter estrutura para realizar este serviço.

O estado deve atuar como garantidor da idoneidade dessas certificadoras, permitindo que produtos mineiros gozem de prestígio nacional e internacional quanto à sua qualidade, sem que produtores sejam penalizados por uma estrutura carente de agilidade e eficiência.

Como resultado, se abrirá um mercado a inúmeros prestadores de serviços (consultores e certificadores), facilitando a vida de produtores e das suas respectivas cadeias produtivas.

AÇÃO CONCRETA:

- **Promover a criação de certificadoras e acreditadoras privadas vinculadas a associações de relevância e acreditadas pela sociedade.**

Segurança Pública

Ineficiências, equipamentos precários, poucos serviços de inteligência, políticas sem avaliação e uso de dados, extenuada integração entre instituições e ação preventiva longe de atingir seu potencial. Este é o quadro que caracteriza a Segurança Pública em Minas Gerais. Apesar de alguns políticos alegarem melhorias nos últimos anos, o que se observa são dados alarmantes em relação à criminalidade no estado.

Em 10 anos, de 2007 a 2016, os homicídios aumentaram de 4.125 para 4.622, um crescimento de 12% que colocou Minas na 4º posição entre os estados com maior número de incidências. De 2006 a 2013, a taxa internacional de homicídios por 100 mil habitantes foi de 6 a 8, enquanto que a do estado foi de 18 a 23, superior ao triplo da média mundial. Ao considerar o grupo de 15 a 26 anos, pode-se dizer que os jovens são as principais vítimas, a taxa de homicídios mais que duplica, atingindo 49,8 homicídios por 100 mil habitantes, enquanto que a taxa do sexo masculino, para a mesma faixa etária, foi de 92,0. O número de roubo de veículo cresceu 923% em 10 anos, chegando a 14.150 casos em 2016. Se somados as incidências de furto, chega-se a um total de 42.825 casos em Minas Gerais.

O descaso do poder público para com esta área é tão claro, que mesmo disfarçando as verdadeiras estatísticas e aumentando o contingente policial na medida em que a população possa vê-los, a sociedade ainda se sente insegura. Garantir a Segurança Pública é uma das poucas funções que o estado deve exercer plenamente e, como se vê, Minas está longe de alcançar essa plenitude. Do mesmo modo, a maneira como o estado se porta diante da necessidade de garantir a segurança deve ser repensada, a começar pela elucidação de algumas questões:

Diferente do ditado, infelizmente o crime tem compensado

O debate sobre segurança pública tem se dividido entre os extremos "bandido bom é bandido morto" e "bandido é vítima da sociedade". De fato, é total a ineficiência do estado em garantir a incolumidade física e patrimonial de seus cidadãos e preservar a ordem pública. No entanto, essa polarização impede uma discussão mais pragmática sobre segurança pública, capaz de efetivamente trazer soluções para reduzir a violência em nosso estado.

Como toda atividade, o crime é avaliado em termos de sua relação custo-benefício. Estudos apontam que, para a maior parte dos detentos, essa relação é positiva. Pelo lado dos custos, detentos avaliam uma baixa probabilidade de serem pegos e punidos; pelo lado dos benefícios, o retorno econômico da atividade supera os custos do ingresso na criminalidade.

Em outras palavras, o crime tem compensado e para combatê-lo de forma eficaz é preciso unicamente aumentar consideravelmente os seus custos e reduzir drasticamente seus benefícios.

Aumentando os custos da atividade criminosa e reduzindo seus benefícios econômicos

Com relação aos custos do crime, grande parte da população, considera que uma lei penal mais severa seria a solução para o combate à violência. No entanto, não é apenas a severidade das punições que resulta uma menor impunidade. É preciso que o sistema de justiça funcione para que se possa indiciar, julgar e absolver ou punir. O que ocorre hoje é que a maioria dos inquéritos policiais não são concluídos, ou, quando concluídos e feita a denúncia, muitas vezes os réus são absolvidos pela precariedade das provas.

Assim, é preciso garantir a certeza de que haverá punição dos delitos, e recuperar a credibilidade das instituições para que passem a exercer efetivamente a inteligência investigativa, dando fim à impunidade.

Quanto aos benefícios da criminalidade, algumas medidas têm sido tomadas, com sucesso, para reduzir o valor de mercado do produto do crime, como o registro de celulares. No entanto, ainda sim é preciso muito mais atenção policial se quisermos tornar nulo o retorno lucrativo daqueles que comercializam produtos roubados, por exemplo, realizando maior fiscalização nos mercados ilegais.

Crime não é uma prerrogativa de classe

Um grande mito que norteia a política de segurança pública é que a pobreza gera a violência. O fato de o crime estar relacionado à pobreza e dizer que a pobreza é o fator determinante para que os indivíduos entrem na criminalidade, são duas coisas distintas.

Mesmo com o crescimento da renda da sociedade, o número de homicídios no Brasil saiu de 48.136 em 2005 para 59.627 em 2014, um aumento de quase 25% em apenas 10 anos. Ou seja: mesmo com as pessoas obtendo maiores rendas a violência continua aumentando.

O problema é que ao invés de se discutir a estrutura das polícias, o sistema penitenciário e a legislação penal, o debate sobre segurança pública vem se limitando ao tema exclusão social e desigualdade. Dizer que os criminosos são vítimas da sociedade nada acrescentou para a diminuição da violência em nosso estado.

É preciso que a sociedade melhore suas ações coibidoras do crime, e que o governo faça com que serviços de justiça funcionem para que haja uma melhora significativa na segurança do estado.

Prender mais ou prender melhor?

Embora as prisões sejam eficazes para a redução da criminalidade, não se pode dizer que prender mais significa prender melhor. As políticas estaduais de segurança ainda são reativas e repressivas, destituídas de planejamento, de objetivos e avaliação. Isso se reflete no padrão das prisões.

São muitas prisões por crimes não-violentos que, por vezes, beiram a insignificância, enquanto a maior parte dos criminosos violentos responsáveis por homicídios e latrocínios continuam impunes.

Prisão custa caro, e não adianta apenas prender mais, a prioridade é garantir a segurança da sociedade, afastando os criminosos violentos e dissuadindo-os do crime.

Minas Gerais não tem sequer um acompanhamento sobre a quantidade de homicídios que ocorre no estado e que foram denunciados à justiça. Além disso, a capacidade investigativa das polícias é muito pequena, de forma que crimes graves como homicídios e latrocínios, na maioria das vezes, são denunciados apenas quando há flagrante ou alguma proximidade entre vítima e agressor. A verdade é que atualmente criminosos violentos tem grandes chances de não serem punidos e de continuarem a ameaçar a sociedade.

Para reverter essa situação, o estado deve redefinir prioridades e estratégias para dar maior suporte à eficiência das investigações, a fim de garantir a punição e dissuadir a conduta criminosa.

O estado não tem conseguido assegurar as garantias dos indivíduos

O estado não tem conseguido garantir a segurança nem nas ruas, nem dentro dos próprios presídios. O controle no sistema penitenciário é precário e dá margem à atuação de organizações criminosas dentro das penitenciárias. Isso resulta no não cumprimento efetivo de pena em vários presídios, com a chefia de organizações sendo livremente exercida de dentro da prisão.

Essa ausência de controle impacta ainda nos processos de reintegração, uma vez que presos de menor potencial ofensivo podem ser facilmente cooptados por organizações criminosas para garantir a própria sobrevivência na cadeia ou a de seus familiares do lado de fora.

A falta de garantias não se restringe à prisão.

As ações prestadas por órgãos públicos para a população são de baixíssima qualidade e não há transparência nos dados e nas decisões das instituições, além de existir corrupção. Uma vez que o estado não tem conseguido assegurar, sozinho, as garantias individuais para todas as partes, é necessário buscar novas soluções fora de sua estrutura para a efetiva promoção da justiça.

A violência na área rural é tão grave quanto a violência nas cidades

Nos últimos dois anos, Minas Gerais observou uma média de 139 casos por dia de crimes em imóvel rural.

Enquanto o crime no campo passa a ser cada vez mais organizado, o indivíduo da área rural continua sem ter condições para se proteger. O produtor, na maioria das vezes, não pode contar com o poder público na garantia da sua segurança. Além disso, o Estado não demonstra qualquer mudança de postura em relação a este grave problema. Não há integração entre a polícia e as propriedades rurais, tão pouco alguma referência dentro da estrutura de governo na qual se pode reivindicar ações no sentido de melhorar a vigilância rural. Novamente, o que se percebe é a ausência do Estado onde ele efetivamente deveria atuar.

Assim, para combater a violência no campo é preciso assumir a responsabilidade sobre este problema de forma inteligente e estratégica, seguindo em direção à liberdade ao exercício do direito de legítima defesa pelo indivíduo da zona rural.

Invasão é crime e não política pública

As políticas de reforma agrária não surtiram efeitos na qualidade de vida do produtor rural. Além de não ajudar no combate à pobreza, a sua promoção causou severos impactos também na segurança do morador do campo.

Atualmente, o incentivo à invasão se transformou até mesmo em política pública institucionalizada pelo governo, basta ver a atuação e declarações de missão dos órgãos governamentais. Este problema, além de perpassar pelo posicionamento ideológico inadequado dos governos, também encontra um complicador técnico.

Estima-se que apenas 24% da área rural total de Minas Gerais tenha sido georreferenciada. Apesar de ser um serviço de alto custo, a certificação das propriedades é fundamental para dar garantia aos proprietários de suas propriedades.

Consideramos que a invasão é crime e deve ser tratada como tal. O estado deve intervir no que realmente é necessário e no que causa prejuízos efetivos à população. Para isso, deve-se adotar medidas para criminalizar e coibir invasões de propriedades privadas, garantindo o direito à vida e dos bens dos indivíduos.

Partindo-se destas questões, é possível enumerar as seguintes premissas para uma NOVA política de segurança que se propõe:

- **O crime é uma escolha individual;**
- **A legalidade deve ser garantida pelo estado;**
- **O estado deve pôr fim à cultura da impunidade;**
- **É preciso desenvolver a eficiência das investigações criminais a fim de efetivamente reduzir a violência;**
- **É preciso prender melhor e não apenas prender mais;**
- **Garantias individuais devem ser respeitadas, tanto da vítima quanto de quem comete o crime;**
- **Transparências em ações, dados e correição nos órgãos da segurança pública;**
- **É preciso defender o exercício do direito de legítima defesa.**
- **Invasão é crime, não política pública.**

O novo modelo que se propõe para gerir a Segurança Pública de Minas Gerais perpassa por ações em todas as esferas de governo.

À nível federal, e em consonância com o plano de governo nacional do NOVO, haverá o compromisso de se defender politicamente o fortalecimento do Direito Penal, por meio de uma revisão à Progressão de Regime na Execução Penal e da revisão da Maioridade Penal. Além disso, será levantada a pauta da Polícia de Ciclo Completo, estabelecendo que um ato criminoso seja cuidado pela mesma corporação policial do início ao fim; Corregedoria Independente, de forma a blindar os corregedores com independência da atuação policial; e Polícia de Carreira, com entrada única e prepraração na corporação, permitindo o avanço do policial na carreira de forma meritocrática e em iguais oportunidades. Será defendida também, a nível federal, a revisão do Estatuto do Desarmamento, para que cidadãos de bem em aptas condições mentais possam ter as condições materiais de proteger sua vida e de sua família.

Assim, ao nível da esfera estadual de governo, propõe-se as seguintes ações:

14. Maior custo e Menor retorno para o crime

O estado deve aumentar a expectativa do criminoso ser efetivamente punido para que ele pense e considere sua escolha antes de cometer um crime. Para isso, é preciso pôr fim à impunidade e criar soluções por meio da interlocução com o Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública para que haja maior rapidez e racionalidade nos processos criminais. Com isso será possível ver os criminosos pagarem pelos seus crimes, aumentando o efeito dissuasório da pena.

Além disso, melhoraremos a distribuição do posicionamento de viaturas e postos policiais, aumentaremos o deslocamento de pessoal administrativo para tarefas "de rua" e intensificaremos fiscalizações aleatórias em locais onde o crime está presente, gerando maior incerteza ao criminoso quanto às chances de ele ser pego. Um exemplo são sistemáticas incursões aleatórias em áreas de provável tráfico de drogas e fiscalização em oficinas e ferros-velhos onde possam haver receptação de veículos roubados.

Além disso, se o criminoso não tem para quem vender o objeto roubado ou furtado por um preço razoável, o crime passa a "compensar" menos.

Como o objetivo dificultar a reinserção no mercado de bens ilicitamente subtraídos, o estado pode propiciar cadastros voluntários de bens duráveis facilmente identificáveis, além dos celulares, que já é feito hoje e dar maior atenção a investigações daqueles que comercializam o produto do crime.

AÇÃO CONCRETA:

- **Concurso Público para desenvolvimento de bancos de dados autônomos para registro e consulta de qualquer tipo de propriedade, para desestimular a venda de produtos de origem ilícita e punir atravessadores e compradores.**

15. Melhor investigação

O estado deve oferecer maior suporte ao trabalho investigativo das polícias, priorizando provas técnicas e utilizando metodologias e tecnologias que otimizem o desempenho dos investigadores.

Essa é a principal alternativa para dar fim à impunidade. Para isso, deve-se começar a reunir e monitorar dados sobre os resultados dos inquéritos policiais de homicídios no estado e utilizar esses indicadores como avaliação das políticas públicas de segurança do estado.

AÇÃO CONCRETA:

- **Implantar sistema de captura de áudio para localização geográfica de acionamento de arma de fogo para auxiliar nas investigações de crimes e acionar mais rapidamente a polícia.**

- **Implantar sistema de monitoramento áereo por drones em áreas onde haja maior incidência de crimes.**

16. Parcerias no Sistema Penitenciário

Minas Gerais é o primeiro estado a abrigar um presídio construído e administrado por uma empresa privada. A aplicação do método APAC e os modelos de parcerias público-privadas podem ser aprimorados e expandidos, levando-se em consideração nas modelagens índices objetivos de reincidência dos egressos das penitenciárias e ampliação da oferta de trabalho aos detentos com profissionalização nos serviços executados.

Além disso, é preciso intensificar o combate à atuação interna do crime organizado no sistema penitenciário e tornar as direções prisionais mais profissionais, com indicações menos políticas e mais técnicas, conferindo a devida transparência.

AÇÃO CONCRETA:

- **Realizar PPP (parceria público privada) nos moldes do Complexo Penitenciário Público-Privado em Ribeirão das Neves, para construção e manutenção de pelo menos mais 2 complexos.**

- **Parceria com TJMG para efetivar a implantação completa do Sistema Eletrônico de Execução Unificada (SEEU), para evitar que sentenciados ultrapassem o tempo de pena determinado, e que criminosos de menor potencial ofensivo possam ser redirecionados a unidades mais adaptadas a sua realidade.**

17. Tecnologia e Informação de última geração

Reunir dados sobre segurança pública no estado é importante, mas não é suficiente. Hoje não há integração entre sistemas de informações das autoridades de segurança pública. É preciso que todas as polícias e as guardas estejam falando a mesma língua para uma atuação mais inteligente. Vamos adotar sistemas de categorização e centralização de informações iguais e preferencialmente integrados a de outros estados como, por exemplo, o sistema de informação on-line (Infocrim) de São Paulo, onde dados são transmitidas em tempo real, auxiliando na coordenação das polícias durante as atividades.

Além do sistema de informações é necessário todo o aparelhamento tecnológico, com a expansão de câmeras inteligentes, sistemas de captura de aúdio de alta precisão, para identificar com a maior eficiência a localização de carros roubados, de criminosos, de disparo de armas de fogo. Além disso, propõe-se o uso de drones, gps em viaturas e outras tecnologias disponíveis.

O cruzamento de informação e tecnologia permtirào um a resolução mais rápida dos crimes e consequentemente a diminuição dos mesmos.

AÇÃO CONCRETA:

- **Promover a integração do sistema de informações de Minas Gerais com outros estados.**

- **Expandir o sistema de informações para uso das guardas civis, corpo de bombeiros e empresas de segurança homologadas.**

18. Vigilância Rural Privada

O combate à violência no campo deve se dar por meio da revisão do marco regulatório vigente, a fim de incentivar ações de integração de cooperativas, associações e consórcios intermunicipais para que realizem parcerias objetivando mecanismos de vigilância rural privada.

Além disso, poderá ser realizada uma reorganização administrativa na estrutura do estado, tendo em vista a criação de um setor de inteligência para tratar a violência no campo.

AÇÃO CONCRETA:

- **Homologação de empresas de segurança privadas, autorizadas pelo Ministério da Justiça, conforme LEI Nº 7.102, DE 20 DE JUNHO DE 1983, para proteger áreas e integrantes de cooperativas rurais.**

19. Fim às Invasões

A garantia da propriedade deve ser um dos pilares de atuação do estado, com rápida intervenção policial no caso de determinação judicial de reintegração de posse. O ideal é que a polícia possa intervir sem a necessidade de intermediação da justiça, assim como ocorre no caso de invasões de casas urbanas. Além disso o estado deve estancar todo e qualquer financiamento à movimentos sociais e de sem-terra, que tanto prejudica o setor produtivo.

Faremos a gestão de informação da situação de georreferenciamento junto ao INCRA e cartórios de registro de imóveis e buscaremos alternativas para acelerar este procedimento.

AÇÃO CONCRETA:

- **Em parceria com o INCRA, desmobilizar TODAS as invasões que tenham ocorrido no estado até o dia 31/12/2018.**
- **Reintegrar a posse de TODOS os imóveis invadidos, conforme determinação da justiça, e apreender criminosos que se neguem a cumprir a medida judicial.**
- **Promover o acompanhamento investigativo das organizações que estimulam as invasões para coibir sua ação ilegal.**

Educação

A educação é importante para que os indivíduos desenvolvam capacidades analíticas, conheçam a realidade e o contexto em que estão inseridos e adquiram conhecimentos para resolver problemas e tomar decisões. Apesar de tamanha importância, convivemos em Minas Gerais com uma realidade muito diferente do ideal. Os resultados dos indicadores de educação são pífios, sobretudo no ensino estatal.

Segundo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), o terceiro ano do ensino médio da rede estadual tem sido insatisfatório e abaixo do ideal de 6 pontos. Em 2015, o índice alcançado na rede pública foi de apenas 3,5 em 10, enquanto na rede privada a nota foi de 5,6. Ademais, a taxa de aprovação aponta que mais de um quarto dos alunos do 1º ano foram reprovados, em torno de 26,7%, e na rede privada o resultado foi de 10,9%. Em relação ao IDEB do 9º ano do ensino fundamental, no âmbito estadual, o resultado também tem sido de piora, de 2013, com 4,7; para 4,5, em 2015. Apenas no IDEB do 5º ano, o resultado superou o patamar mínimo de 6,0.

Observa-se que os recursos públicos destinados ao setor de educação continuam crescendo, apesar de não se notar melhoras no desempenho escolar. Em 2015, o governo de Minas despendeu R$ 8,4 bilhões, e em 2017 o gasto chegou a R$ 9,8 bilhões, sendo a maior parte destinada para o ensino fundamental. Nota-se que o dispêndio no ensino profissional e na capacitação dos profissionais da educação foi pouco expressivo em relação aos gastos totais, representando apenas R$ 66,79 milhões (0,68%), e R$ 3,98 milhões (0,041%), respectivamente. Portanto, há um volume grande de verbas, mas que na prática não são bem alocadas para atingir um nível satisfatório de ensino. Logo, é preciso tratar sobre algumas questões antes de propor mudanças para o desenvolvimento da educação no estado:

A proteção pretendida pelas leis prejudica a eficiência do ensino público

A qualidade do ensino oferecido pelo governo em Minas Gerais não acompanha a qualidade do ensino privado. Enquanto o desempenho não é um fator de risco à continuidade das escolas estatais, nas escolas privadas, ao contrário, é preciso manter um nível satisfatório de eficiência e desempenho, além de conseguir atender às expectativas dos pais de seus alunos para poder se manter no mercado. Políticas de vouchers, cooperativas de professores e bolsas de estudos via créditos fiscais seriam boas alternativas para tornar as escolas privadas mais acessíveis. No entanto, a Constituição, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e o Fundeb, por enquanto, limitam políticas de fomento às escolas privadas, priorizando o monopólio estatal, o que mantém desigualdades de acesso a escolas de melhor qualidade.

Diante de tais barreiras, o estado ainda pode buscar soluções no mercado que possam equacionar os seus desafios e suas limitações. Enquanto persistir o modelo regulatório federal, será necessário aperfeiçoar o ensino público com melhores técnicas de gestão e governança nas escolas, avaliações de resultados mais rígidas, maior canal de participação entre pais e alunos, e uso de Parcerias Público-Privada onde for apropriado.

Regulação não melhora o desempenho do ensino

O excesso do controle regulatório do estado nas escolas, principalmente quanto ao que deve ser ensinado, tem tornado as formas de ensino mais engessadas. Existe o mito de que a regulação é essencial na educação, já que, nesse pensamento, ela seria determinante na garantia do acesso, e nos bons resultados de exames de educação nacionais e internacionais. No entanto, o que se observa é que a centralização de decisões da educação não implicaram em melhores resultados no ensino estatal.

Estudos apontam que quanto maior a descentralização, dando autonomia e responsabilidade aos professores e aos diretores, melhor é o desempenho dos estudantes. Os resultados insatisfatórios da educação mineira mostram que os alunos não conseguem absorver nem os conteúdos mais básicos, de matemática e português. Mas que, apesar disso, o estado persiste na cobrança de extensos conteúdos obrigatórios, mais complexos e incompreensíveis à boa parte dos alunos. Isso ajuda a tornar a escola desmotivante para crianças e jovens.

O ideal é que o estado dê maior liberdade às escolas e aos indivíduos, contribuindo para o desenvolvimento de experiências inovadoras e de boas práticas, e priorizando a aprendizagem de raciocínio lógico e linguagem, bases para a compreensão de quaisquer conteúdos.

Não há igualdade de condições na educação

O desempenho escolar decorre de uma série de variáveis, dentre elas a participação dos pais na vida escolar dos filhos. Um maior nível de escolaridade dos pais melhoram as condições de aprendizado e estimulam os alunos a apresentarem atitudes mais propícias em relação aos estudos, Os pais além de se tornarem referência positiva, acompanham e cobram mais dos seus filhos.

Assim, há grandes diferenças no desempenho de escolas estatais quando se leva em consideração a participação dos pais na vida escolar dos filhos.

Educação não se limita à escola e o indivíduo é o principal agente de seu processo educador

Os indivíduos são únicos. Quando o sistema é feito para tratar todos da mesma forma, com carga horária e grade curricular padrão, alguns se sobressaem e outros podem ficar para trás. Por como é sistematizada a educação pública, a tendência é que o nível de exigência caia para não permitir a evasão e garantir um mínimo denominador comum, atendendo ao maior número de pessoas possível. Esse sistema acaba por dificultar o desenvolvimento de talentos, genialidades e restringir a busca de conteúdos e saberes que interessam a cada um.

Deve-se ter claro que as escolas são apenas um dos meios para a educação e, provavelmente, não o melhor. Normalmente, a escola não é o ambiente mais adequado para promover a criatividade e habilidades individuais.

O ensino não pode ser entendido apenas como cumprimento da educação formal, mas também como a busca do desenvolvimento do indivíduo em suas várias atividades e interesses. Os estudantes podem potencializar seus talentos também fora das escolas de diversas formas. É o conhecimento descentralizado e disperso, levando em consideração a liberdade de escolha, que tornará possível elevar a qualidade educacional.

É possível melhorar a carreira dos professores

Professores mais motivados e melhor preparados tendem a ser mais capazes de cativar os seus alunos, obtendo maior êxito na aprendizagem. No entanto, docentes com mais experiência ou com titulações mais altas não implicam, necessariamente, em melhores profissionais. Em outras palavras, currículo não é sinônimo de melhor qualidade da aula.

A carreira dos professores da rede pública estadual é extremamente desvalorizada, e não atrai grandes talentos. Para isso, recentemente o governo de Minas implantou a política de tempo de serviço como progressão salarial, o denominado pagamento Adicional de Valorização da Educação Básica.

Não resta dúvidas de que a classe dos professores deve ser mais valorizada, mas entendemos que a evolução de carreira dos docentes tem que se pautar pelo seu desempenho e pelo desempenho das escolas em que atuam, não apenas pelo tempo trabalhado.

Para que a carreira dos professores seja baseada em indicadores de desempenho devem ser considerados resultados nos exames de educação, tanto nacionais quanto internacionais, impactando diretamente na remuneração variável dos profissionais da educação.

Educação no campo

Além de infraestrutura precária e poucos professores, há uma grande dificuldade por parte do estado e municípios para manter escolas nas zonas rurais. O montante de recursos gastos por estudante nesses locais não se equipara ao que é gasto nas grandes cidades. Isso gera uma situação de baixa expectativa para com a educação nas áreas mais remotas.

Além disso, o conteúdo ministrado, por ser padronizado, fica distante da realidade vivida por esses alunos, e acaba por desestimular a continuidade de sua formação. O círculo vicioso está posto, e condena as crianças a um futuro miserável, na maioria das vezes.

É necessário despertar nas crianças a curiosidade das questões do campo, mostrando os benefícios de frequentar a escola e criando o círculo virtuoso da educação com a atividade agropecuária. Aliar o estudo formal com minicursos ou palestras relacionadas ao cotidiano das famílias do campo é formar a próxima geração de agricultores mais educados e preparados para enfrentar os novos desafios do mercado.

Assim, é possível estabelecer as seguintes premissas para basear uma NOVA atuação do governo na educação dos mineiros:

- **Maior oportunidade de acesso às escolas privadas pela população;**
- **É necessário trazer soluções do sistema de ensino privado às escolas estatais;**
- **Maior liberdade às escolas, priorizando apenas conteúdos básicos essenciais, como português e matemática;**
- **Quanto menor a interferência estatal, melhor é o desempenho das escolas;**
- **Estímulo a participação de pais e alunos na vida escolar;**
- **Os alunos devem ter mais liberdade no aprendizado e no modo em como alocar os recursos governamentais de educação;**
- **A carreira dos professores deve ser pautada por indicadores de desempenho das escolas;**
- **Os diretores escolares devem ser escolhidos tecnicamente;**
- **Ensino rural personalizado e de qualidade com a utilização da expertise e da capilaridade de entidades públicas e privadas;**
- **Realocar de forma justa os recursos por aluno da educação, garantindo igualdade de condições entre todas as escolas.**

A mudança no sistema de educação depende de uma série de medidas que extrapolam o limite de atuação de um governador. No entanto, em acordo com o plano de governo nacional do NOVO para a educação, defenderemos politicamente medidas como: a criação do ProEduca, que consiste na extensão do ProUni para alunos desde a pré-escola até o final ensino médio, ou seja, ao invés do governo investir em escolas, o dinheiro da educação iria diretamente para aquelas famílias que desejarem colocar seus filhos em uma escola particular.

Será nossa bandeira também a Reforma do FUNDEB, a fim de estabelecer que estados e municípios possam converter parte do fundo em bolsas de estudo para escolas particulares ou sem fins lucrativos. Defenderemos também a Priorização da Educação Básica, ao invés de priorizar o ensino superior. O gasto com o estudante do ensino fundamental e médio deve ser maior do que o gasto individual por aluno nas universidades, no entanto hoje ele é três vezes menor.

Em relação ao poder executivo estadual, dadas as limitações existentes, seguem as alternativas possíveis para uma mudança no sistema de educação que, ao preservar a liberdade do indivíduo, visa o melhor desempenho das escolas e da formação de seus alunos:

20. Parcerias Público-Privadas (PPPs).

Mesmo diante de limitações legais ao fomento a escolas privadas, é possível realizar PPPs com vistas a reformas e/ou construções de estabelecimentos escolares, incluindo o gerenciamento da área administrativa, nos moldes da bata cinza. Por meio de uma parceria bem desenhada, o estado pode gastar menos recursos, e os alunos contarem com uma melhor infraestrutura para os estudos, além do agente privado também obter lucro.

AÇÃO CONCRETA:

- **Identificar semestralmente as escolas estaduais mineiras com melhor desempenho acadêmico e realizar PPPs para estas escolas com fins de renovar o ambiente escolar.**

21. Liberdade para Educar - Desregulamentação e autonomia escolar

A administração estadual não deve regular excessivamente as escolas estatais e privadas. É preciso dar autonomia administrativa e dos recursos, para que professores sejam livres na escolha dos métodos didáticos e para que os gestores aloquem os recursos da forma que consideram mais efetiva para o alcance do bom desempenho escolar.

Com a autonomia das escolas, traremos pais e professores para o centro das decisões escolares. As escolas deverão promover de forma constante e rotineira encontros com os pais e professores dos estudantes de forma a reduzir as assimetrias de informação.

Como liberdade exige responsabilidade, o governo exigirá mais rigorosamente o cumprimento de metas de desempenho escolar, essencialmente sobre aquisição de conhecimentos básicos de raciocínio lógico e linguagem pelos alunos.

Complementarmente estimularemos que escolas, sociedade e o mercado fomentem o uso de programas e aplicativos que permitam um acompanhamento mais contínuo dos responsáveis legais, por meio de sistemas acadêmicos online, por exemplo, ou mesmo pelo simples envio de mensagens via SMS.

AÇÃO CONCRETA:

- **Reduzir a estrutura da Secretaria de Educação para apenas fiscalização e controle (acompanhamento de desempenho por avaliação internacional reconhecida), fazendo que o diretores escolares sejam preponderantes nas decisões gerais e regionais do sistema de educação estatal;**

- **Criação de sistema de avaliação 360º, quando pais e responsáveis deverão comparecer a escola para, juntamente com professores avaliar no local o desempenho dos alunos e da unidade escolar.**

22. Liberdade ao Aprendizado Individual

Diante da possibilidade de flexibilização de uso dos recursos do Fundeb e do entendimento do sistema de vouchers como o que melhor atende aos anseios educacionais individuais, haverá uma oportunidade de introduzir no sistema de educação pública um modelo onde os próprios estudantes decidam, junto com suas famílias, sobre como investir em sua educação com os recursos arrecadados pelo estado. Pelo programa que se propõe, estudantes de baixa renda terão acesso a uma quantia de recursos de uso restrito, para serem gastos com produtos educacionais oferecidos pelo mercado e que não necessariamente estejam relacionados à escola formal, como por exemplo: matrículas, mensalidades e uniforme de escolas privadas, mentoria em estágios profissionalizantes, cursos livres (línguas, esportes e artes), aulas particulares, equipamentos para estudantes com necessidades especiais, etc.

AÇÃO CONCRETA:

- **Concessão de Cartão "Estudante de Ouro", com crédito para alunos de baixa renda, que tenham destaque no desempenho acadêmico regional, para utilização em atividades extra-curriculares.**

23. Parcerias na Educação Rural

Realizar parcerias entre o setor público, incluindo municípios interessados, e o privado para levar o ensino rural de qualidade e melhorar a estrutura das escolas com a utilização da expertise e da capilaridade de diversas entidades, como por exemplo o SENAR-MG, OCEMG, SENAI, SEBRAE. Desse modo, será possível complementar a educação nas escolas rurais com cursos temáticos que envolvam técnicas de produção, bem estar das famílias, preservação ambiental, cooperativismo e associativismo, etc. Esses temas podem ser dados de forma extracurricular, mas contínua e customizada à realidade da região da escola, traçando um paralelo às matérias dadas em sala de aula.

AÇÃO CONCRETA:

- **Promoção de integração das escolas estaduais com entidades parceiras, para elaboração de projetos e captação de recursos e patrocínios, como maneira de promover a educação em ambientes rurais.**

24. Competitividade no Desempenho Escolar

As escolas devem ser avaliadas por indicadores de gestão que considerem a evolução do desempenho da instituição, afetando o montante adicional de recursos recebidos pelas escolas. Assim, aquelas que obtiverem melhor evolução nos resultados deverão ser premiadas. Deve-se utilizar parâmetros de avaliação já existentes no mercado e que levem em consideração as notas alcançadas pelos estudantes em exames de avaliação externos, como o teste PISA. Este é um modo de assegurar a integridade e objetividade dos critérios avaliativos, evitando manipulações políticas e circunstanciais.

AÇÃO CONCRETA:

- **Criação do evento "Olimpíadas do Saber", para estimular a competitividade entre estudantes, inicialmente apenas da rede estadual progredindo para toda a rede de ensino do estado, para fomentar o gosto pelos estudos.**

Saúde

Dois pontos de consenso na Saúde Pública vêm sendo debatidos a cada 4 anos em programas de governo: o primeiro de que atenção primária é o grande responsável por resolver os problemas de saúde da população; o segundo de que atenção de média e alta complexidade deve ser realizada de forma regional, com o atendimento acontecendo sempre o mais próximo possível do cidadão, garantida uma escala mínima necessária para oferta desses serviços com qualidade e custo viável.

Embora haja consenso, de 4 em 4 anos as promessas se repetem, o valor aplicado na saúde aumenta, mas os resultados e a percepção de qualidade do atendimento pela população seguem deixando a desejar. A tônica dos programas de governo apresentados têm sido apenas a promessa de construção de mais unidades de saúde (Unidades básicas, UPAs, Policlínicas, Hospitais), porém sem dar a devida preocupação com o seu financiamento, com a eficiência e a qualidade dos serviços ofertados para população.

Em 10 anos, as despesas realizadas pelas organizações que compõem o Sistema Estadual de Gestão da Saúde saltaram de R$2,2 bilhões em 2007 para R$9,2 bilhões em 2017, resultando em uma ampliação de 400% nos gastos comparada a uma inflação acumulada no período de cerca de 80%. No entanto, mesmo com essa considerável ampliação no montante de recursos, não se obteve melhoras proporcionais no acesso da população a serviços de saúde de qualidade.

Assim, o contexto atual da saúde no governo de Minas é de uma dívida bilionária com os seus municípios por conta de repasses não feitos, hospitais filantrópicos ameaçados de fechamento por falta de pagamento por serviços prestados e servidores tendo de conviver recebendo seus salários atrasados. Para população, o reflexo é de mais filas, mais demora no atendimento e muitas vidas que poderiam ser salvas se houvesse boa aplicação dos recursos disponíveis.

O SUS não é gratuito e muito menos universal

Apesar da Constituição definir que a saúde é um direito de todos e dever do estado, o Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro não consegue atender a todos em iguais condições. Os serviços por parecerem "gratuitos" geram um aumento de demanda, mas os recursos são inevitavelmente limitados, e isso ocasiona uma limitação de oferta. Logo, essa situação faz com que a oferta dos serviços médico e hospitalares sejam insuficientes para responder à grande demanda da população, e cria dificuldades na priorização de gastos que se reflete em problemas desde a compra de materiais básicos a dificuldades na realização de consultas, exames e cirurgias.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), saúde não é apenas a ausência de doenças, mas também o bem-estar físico, mental e social. Os legisladores e intelectuais, ao transferirem toda a responsabilidade da manutenção do bem-estar dos indivíduos ao poder governamental, fizeram se perder e reverter o conceito adotado mundialmente sobre saúde, que passou a se limitar aos tratamentos de doenças fornecidos precariamente pelo estado. Portanto, é preciso desmistificar que a saúde é "universal", "de graça" e que ela está relacionada apenas ao fornecimento de serviços pelo estado, visto que isto cria pretexto para abusos por parte dos governos com a justificativa de promover a "saúde" à população.

A saúde hoje não é prioridade e não faltam recursos, eles são é mal alocados

O volume mínimo de gastos estaduais com a saúde é definido pela Constituição, e corresponde a 12% das receitas tributárias. Ao longo dos anos, os governos têm tentado cumprir este mínimo constitucional, sem acrescentar um ponto percentual sequer. Isso mostra que a saúde não é vista como prioridade, mas apenas como fonte de despesas pelos governantes recentes.

Ainda assim, os gastos tiveram um grande aumento devido a elevação na arrecadação de impostos, sem que fosse possível perceber melhora nos serviços prestados. O que ocorre é que aumentos de verbas da saúde vão, em grande parte, para gastos com o funcionalismo, quando não desviados ilicitamente.

É preciso alocar melhor o orçamento disponível, estabelecendo prioridades. Contratos devem ser melhor detalhados e fiscalizados, mortes evitáveis devem ser priorizadas, doenças preveníveis por vacinas não podem ocorrer. Logo, entidades mais capacitadas devem participar das decisões de investimentos, a fim de estabelecer prioridades mais técnicas e menos políticas, para reduzir objetivamente a mortalidade e ser mais efetivo na promoção de bem-estar à sociedade.

O estado não é capaz de tornar o sistema de saúde eficiente

Os problemas da saúde não são causados apenas pela corrupção, mas também pela ausência de flexibilidade administrativa inerente ao setor público, o que impede o seu desenvolvimento. Isto pode ser observado quando faltam medicamentos por atrasos em licitações, pela não assiduidade por parte de funcionários do setor público ou quando compram-se mais medicamentos do que os necessários e até mesmo medicamentos ruins.
Da mesma forma, hoje não existe controle de gastos na saúde pública. Não se sabe o custo dos procedimentos e a remuneração dos profissionais é desequilibrada, o que impede a avaliação da eficiência dos serviços prestados.

Não é preciso que o Estado realize a gestão direta dos equipamentos públicos de saúde, mas sim que ele passe da condição de provedor direto do serviço para uma função mais estratégica de monitorar e avaliar outras entidades mais capazes de ofertá-los. O serviço continua sendo público. A diferença é que o governo passa a se dedicar ao controle dos resultados obtidos na saúde.

A partir desse modelo, que já vem sendo bem sucedido em outros estados, será possível expandir a diversidade dos equipamentos, aumentar o número de profissionais de saúde qualificados e realizar um maior número de atendimentos, visto que outras organizações conseguirão fazer mais com menos.

Nem todas as cidades precisam de Hospitais Gerais

Por ser formado por 853 municípios, Minas tem uma grande dificuldade para garantir que o atendimento à saúde seja rápido e de qualidade para todos os indivíduos. Além disto, grande parte destes municípios possuem pouca ou nenhuma estrutura para sediar um hospital, pois, por serem pequenos, eles não conseguem alcançar uma escala mínima para prestação de serviços com eficiência, sem que houvesse desperdício de recursos.

Dessa maneira, é preciso repensar a lógica de regionalização do serviço de saúde no estado. Enquanto são mantidos vários pequenos hospitais nos quais se predominam escassez e insuficiência, nove hospitais regionais se encontram inacabados e 40% dos municípios mineiros ainda estão sem cobertura do SAMU.

Portanto é preciso priorizar o fortalecimento do atendimento regionalizado da Saúde, colocando em funcionamento os Hospitais Regionais e garantindo maior cobertura do SAMU, ao invés de manter contratos com hospitais ineficientes. É mais barato e de melhor qualidade.

No entanto, o estado não possui recursos para finalizar as obras, e tampouco para custear as atividades dos hospitais regionais. Essa é uma oportunidade para que a gestão de centros de saúde por meio de Organizações Sociais (OSs) e Parceria Público-Privada (PPP) comecem a ser implementadas.

O caminho para melhorar a saúde parte de seu atendimento pelo livre mercado

O segmento de planos de saúde está diretamente associado ao incremento da renda, ou seja: uma pequena melhora da economia faz famílias adquirirem planos privados de saúde. Em Minas Gerais, cerca de 25% da população já possui algum tipo de plano de saúde suplementar. Isso mostra que, apesar de boa parte da população achar que o SUS deve se manter como um modelo universal, integral e gratuito para todos, pacientes que têm condições de pagar por um plano de saúde logo "abandonam" o sistema.

Entretanto, o estado dificulta o acesso aos planos privados por meio das barreiras regulatórias a novos competidores e pelos elevados tributos que recaem diretamente nos preços ao consumidor. O índice de carga tributária direta e indireta às cooperativas de saúde chega à cerca de 27% do faturamento, enquanto para o setor financeiro, por exemplo, é de apenas 15%. Além disso, o imposto de maior incidência sobre os remédios e insumos hospitalares é o ICMS, de competência estadual. A intervenção do estado, seja pela alta carga tributária ou pelo excesso de regulação, resulta na falta de competidores, piores preços e consequentemente na baixa oferta de planos privados para a população.

Assim, o acesso à saúde de boa qualidade para todos caminha lado a lado de uma menor interferência do estado e de um crescimento do poder aquisitivo da população. É a menor intervenção estatal e o enriquecimento da população que, a longo prazo, permitirá a livre concorrência e a liberdade de escolha por parte dos indivíduos para optarem pelos serviços e preços que melhor atendam suas necessidades.

Neste viés, dado as limitações constitucionais existentes, as propostas do NOVO para reestruturar o modelo de saúde em Minas Gerais parte das seguintes premissas:

- **Assumir o bem-estar como conceito principal acerca da saúde;**
- **O problema da saúde não é a insuficiência de recursos;**
- **Melhorar o atendimento por meio da realocação do orçamento disponível, estabelecendo prioridades mais técnicas e menos políticas;**
- **O governo não deve ser o responsável direto pela oferta de saúde;**
- **Gestão de equipamentos públicos de saúde por meio de OSS e PPP como forma de melhorar os serviços de saúde à população;**
- **Hospitais Regionais de porte adequado como forma de garantir atendimento especializado à população;**
- **Remuneração deve ser baseada por resultados objetivos de manutenção e melhoria da saúde, e não simplesmente pelo procedimento;**
- **Acompanhamento contínuo da saúde como alicerce das políticas públicas de saúde básica;**
- **A assistência à saúde assegurada pelo livre mercado custa menos e é mais versátil que aquela proporcionada diretamente pelo Estado;**

As mudanças na saúde do estado de Minas Gerais dependem de medidas em todas as esferas de governo. Em consonância com o plano de governo nacional, será pauta do governo de Minas Gerais promover politicamente um NOVO sistema de saúde básico em nível federal. No novo sistema que se propõe, será facultado aos brasileiros escolher permanecer nesse NOVO sistema ou migrar para a rede de saúde privada. Assim, propõe-se uma Saúde com Competitividade, onde as operadoras privadas oferecerão ao menos um tipo de plano de saúde básico que seja equivalente ao Sistema Estatal de Saúde, recebendo o mesmo custo por paciente do sistema público. Além disso, haverá Integridade com Prioridades, onde passará a ser definido de forma explícita um conjunto de serviços de saúde para serem prioridades no financiamento público, a fim de resolver os problemas mais graves da população como um todo. Será defendido também o modelo de gestão por Organizações Sociais e PPPs em todo o Brasil, além de uma Revisão na Municipalização da Saúde, a fim de garantir uma escala de operação de serviços do ponto de vista gerencial.

Assim, a inovação que se pretende implementar no modelo de saúde atual do estado de Minas Gerais perpassa pelas seguintes alternativas:

25. Transparência

Muitas vezes o SUS ignora morte evitáveis, eventos adversos, falta de leitos, dentre outros problemas recorrentes no sistema de saúde. Assim, pretende-se dar transparência a todo tipo de informação do sistema atual para que a sociedade tenha condições de tirar suas próprias conclusões sobre a realidade da saúde pública com base em dados.

É necessário também que contratos atuais sejam revistos e futuros contratos sejam mais bem formulados e fiscalizados. Para isso o estado deve rever o modelo de contratualização vigente atualmente, alterando para uma lógica de contrato global de desempenho e qualidade referenciado por níveis de excelência em governança corporativa e transparência.

AÇÃO CONCRETA:

- **Implantação de sistema de prontuário integrado e identificação por senha biométrica, que garanta a privacidade do paciente e permita melhorar o atendimento ao paciente além de apontar todos os dados referentes a procedimentos, mortes, nascimentos, entre outros.**

26. Hospitais Públicos com a qualidade de uma instituição privada

Delegação da administração dos equipamentos da saúde para Organizações Sociais (OSs) e Parceria Público-Privada (PPP) capazes, comprovadamente, de fornecer melhores serviços públicos de saúde para a população. O serviço continua sendo público e o direito dos servidores continuam sendo mantidos. O objetivo dessa medida é de aumentar a eficiência dos equipamentos atuais e concentrar esforços de monitoramento e avaliação dos serviços de saúde contratados, com auditorias de prontuários, por exemplo. Além disso este modelo garante maior ética e responsabilidade financeira na gestão.

AÇÃO CONCRETA:

- **Estabelecer sistema de Tomada de Preços para serviços de análises clínicas e exames de imagem e laboratoriais para reduzir a ineficiência do sistema estatal de saúde.**

- **Delegação progressiva dos Hospitais e Unidades de Saúde da rede estatal para OSs e PPPs.**

27. Hospitais Regionais Sustentáveis

Hoje há nove hospitais regionais com construções inacabadas ou sequer iniciadas em Minas Gerais. É preciso colocá-los em funcionamento, mas o governo não possui recursos para finalizar as obras tampouco para custear suas atividades.

Assim, é preciso realizar parcerias de forma a delegar a conclusão e a gestão desses equipamentos para entidades externas ao governo e garantir uma continuidade da informação sobre o cuidado médico entre centros de saúde menores e hospitais regionais de maior porte, ao invés de se defender a continuidade do sistema de cima para baixo entre os diversos provedores como ocorre atualmente.

AÇÃO CONCRETA:

- **Concessão dos Hospitais Regionais que hoje estão inacabados para a iniciativa privada, para conclusão e operação do imóvel, que será administrado por OSs ou PPPs.**

28. Investimento Intensivo em Tecnologia e Telemedicina

A tecnologia tem potencial de melhorar a qualidade do atendimento e reduzir custos. Com apoio da iniciativa privada, é preciso investir na implantação de prontuários eletrônicos e implementar centros de atendimento online para melhorar a qualidade da atenção nos municípios onde não há escala suficiente para a presença do especialista. Assim, é possível elevar a qualidade da assistência local e promover educação aos profissionais lotados nas unidades de saúde, além de reduzir o número e qualificar os encaminhamentos para as unidades de referência.

AÇÃO CONCRETA:

- **Transformar os Hospitais regionais em Centros de Especialidade, que possam receber equipamentos capazes de promover cirurgias e tratamentos remotos, financiados por profissionais ou cooperativas de Permissionários.**

29. Excelência em Imunização e Conscientização

Garantir níveis de excelência de imunização no estado evitando que doenças preveníveis como a paralisia infantil voltem a ter incidências no estado. Atualmente o papel do governo como conscientizador está sendo descumprido. Deve-se intensificar ações de conscientização como, por exemplo, em relação à AIDs e infecções sexualmente transmissíveis.

AÇÃO CONCRETA:

- **Concurso para criação e distribuição do aplicativo "Vida em Jogo" para mobilização e informação dos cidadãos com vídeos explicativos sobre a importância da imunização, cartão de vacinação digital, pontos ganhos a cada vacinação, quantidade de meses sem ficar doente, melhores práticas para a promoção da saúde, como evitar contaminações, agenda para controle pessoal de consumo de medicamentos.**

30. Em Direção ao Sistema de Mercado

Viabilizar programas piloto onde o governo possa comprar serviços privados de saúde para a população com menor renda. Assim, a população tem melhores condições de comparar e avaliar os serviços públicos e privados, podendo cobrar novas políticas em direção a um novo modelo de saúde com mais liberdade.

AÇÃO CONCRETA:

- **Discussão com congressistas sobre a possibilidade de criação do PSIU - Programa de Saúde Individualizada Universal, onde o Governo Estadual concede para cidadãos de baixa renda e que tenham altas pontuações no Aplicativo "Vida em Jogo" a contratação de planos de saúde privados.**

Outros posicionamentos

O plano de governo está voltado para resolver os principais problemas que afetam a população: Saúde, Segurança, Educação, Geração de Riqueza e Gestão do Estado. Para isso acontecer é preciso estabelecer prioridades, o que significa abrir mão de várias atividades e canalizar recursos e esforços nos serviços que efetivamente impactam a qualidade de vida dos indivíduos. No entanto, vale apresentar o entendimento do NOVO Minas Gerais em relação a outras importantes áreas que, de uma forma ou de outra, guardam relação a uma atuação do estado.

Cultura

O processo cultural se dá naturalmente pelo fomento da própria sociedade, a partir de seus próprios costumes, ideias e comportamentos, não pelo governo. Ao dizer que o estado está incentivando a cultura, na verdade ele está interferindo no seu desenvolvimento, atuando de forma impositiva e favorecendo uma determinada cultura em detrimento de outra. Defendemos que o governo não deve "incentivar" nenhuma atividade cultural, mas sim propiciar condições para que o processo cultural, seja ele qual for, se desenvolva a partir da mobilização da própria sociedade. O governo, então, pode realizar medidas de desburocratização para realização de eventos, flexibilizar o uso de espaços públicos, dentre outras medidas, mas sem criar pretextos para realizar abusos com recursos públicos a partir da justificativa de promover a "cultura" para a população.

Programas Sociais

Os problemas sociais se resolvem pelo combate à pobreza e pela empregabilidade. Dado a grave situação de miséria em toda a extensão do estado, é preciso uma intervenção mais inteligente. As transferências de renda dos programas sociais hoje são ineficientes. É preciso, então, utilizar a lógica do Bolsa Família para desenhar um programa integrado de assistência social com melhor focalização e critérios de avaliação. Nesse sentido é preciso não apenas transferir renda para aqueles em situação vulnerável, mas também apresentar um incentivo a progressão e emancipação econômica das pessoas assistidas, abrindo as portas de saída por meio do trabalho e da produtividade.

Para o caso de trabalhadores desempregados, uma solução mais inteligente é subsidiá-los diretamente em vez de subsidiar os cursos de qualificação. Assim, o governo deposita o valor de um voucher para o trabalhador escolher, ele próprio, cursos em entidades públicas ou privadas. No entanto, para garantir que os treinamentos possam efetivamente contribuir para a reinserção do indivíduo no mercado, a validação do voucher dependeria de uma segunda assinatura: a de um novo empregador, para quem a requalificação geraria algum valor.

Turismo

Nos últimos anos, Minas Gerais apresentou queda do volume na atividade de turismo. Além disso, entre 2010 a 2014, apenas 10 entre os 853 municípios mineiros acumularam 60% do Valor Adicionado do turismo na economia mineira. São as cidades onde estão as maiores rendas do estado. Apesar de tentativas intervencionistas de governos passados em fomentar a maior distribuição de receitas do turismo entre os municípios, organizando-os para gerar oportunidades de negócios e empregos, não houve indícios de melhora no setor.

Entendemos que não há como o turismo desenvolver-se com um estado hipertrofiado como é hoje. A máquina pública atual impõe elevados custos para os negócios. Assim, somente por meio do enxugamento do funcionalismo público, da concessão de serviços - principalmente os relacionados à infraestrutura - e da simplificação e redução da carga tributária será possível haver estabilidade econômica e liberdade para investidores apostarem no potencial turístico de Minas. O caminho para o desenvolvimento do turismo no estado não está em mais intervenção, mas sim em um ambiente de negócios mais simples, estável e que dê maior segurança aos empreendedores investirem no setor.

Sustentabilidade Ambiental

É necessário aliar crescimento econômico com a preservação ambiental. O Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Sisema), devido a sua estrutura compartimentalizada, acaba burocratizando e dificultando análises de licenciamento e de fiscalização. Mais um caso onde se observa a ineficiente prestação de serviços por parte do estado. Assim, a política central em relação ao desenvolvimento sustentável deve se pautar na delegação, para agências certificadoras e seguradoras privadas, da responsabilidade pela certificação dos estudos de impacto ambientais e pelos danos que porventura empreendimentos causem ao meio ambiente. Isso agilizaria a análise para obtenção de licenças ao mesmo tempo garantiria a execução das normas ambientais. É preciso também que o estado mude sua sistemática de autuações ao produtor rural, promovendo uma fiscalização preventiva e educativa antes da punitiva. Além disso, propõe-se também a concessão de unidades de conservação ambiental para iniciativa privada para fomentar o turismo e a preservação.

Saneamento Básico

A relação entre saúde pública e saneamento é absoluta. Conforme indicadores publicados pelo IBGE, o número de internações por doenças diarreicas no Brasil caiu 91% contra o aumento de 80% da ampliação da rede de esgoto. No entanto, o principal problema da área continua sendo o monopólio estatal no fornecimento de serviços de saneamento, que se traduz na ineficiência dos prestadores, falta de investimentos, fiscalização ineficaz, regiões desassistidas, e por fim, na perda de saúde pela população.

Entendemos que o objetivo do interesse público sobre o saneamento não deve ser a arrecadação financeira do governo, mas sim os usuários desses serviços, que devem ser

beneficiados com um atendimento mais satisfatório e melhores indicadores de qualidade ambiental. É preciso, portanto, dar a liberdade aos municípios concederem a prestação dos serviços de saneamento a prestadores privados, com o cuidado de não se criar um novo monopólio. Para isso, propõe-se uma fragmentação do serviço, hoje fornecido pelo estado, entre múltiplos prestadores privados a fim de criar concorrência e, com isso, melhorar a qualidade no tratamento por vias tecnológicas alternativas com maior viabilidade econômica e tarifas mais baratas.

Assim, a privatização seria gradual, e a operacionalização começaria com o estado articulando a criação de Unidades Mínimas Viáveis entre municípios, para que possam realizar licitações em conjunto. Caberia ao estado, então, auxiliar esses municípios nessa transição, conferindo auxílio técnico para aqueles que desejem licitar os serviços, de forma a dar maior visibilidade ao pleito e garantindo a possibilidade de que mais interessados concorram por assumir os serviços, bem como diminuindo as possibilidades de irregularidades.

Mobilidade Urbana

O trânsito e a acessibilidade urbana é um dos maiores gargalos que afetam a qualidade de vida e a produtividade dos mineiros. Hoje, devido a uma influência direta do poder público, há uma falta de oferta no que se refere às opções no transporte coletivo, tanto no que refere ao deslocamento intermunicipal quanto na mobilidade dentro das cidades. A região metropolitana de Belo Horizonte, por exemplo, espera há cerca de trinta anos, uma política de transporte sobre trilhos capaz de expandir a malha atual e melhorar os serviços aos passageiros. Por conta da burocracia, não há sequer a definição de qual órgão é o responsável pelo gerenciamento do sistema de metrô na região. É preciso que o governo assuma uma posição firme e efetue a descentralização e transferências de responsabilidades intergovernamentais necessárias para, em seguida, realizar a concessão do serviço de transporte metroviário. Além disso, no que se refere ao transporte intermunicipal, não se deve criar barreiras para novos serviços de fretamento coletivo de ônibus. Se faz necessária a quebra dos monopólios e oligopólios legais criados por concessões em alguns municípios e, para tanto, o estado pode revisar o marco regulatório vigente, permitindo o embarque e desembarque de passageiros nas rodovias estaduais, por exemplo.

Conclusão

Perseguindo um NOVO conceito de administração pública, reconhecendo os limites e as responsabilidades do poder estatal, precisamos reforçar que a principal premissa deste plano é o respeito com o dinheiro do pagador de impostos.

É preciso ter em mente que o recurso disponível para o uso dos governantes custou caro para aqueles que trabalharam honestamente para conquistá-lo e tiveram que dividi-lo com o governo.

Enquanto se caminha em direção à uma menor interferência do estado e maior liberdade ao indivíduo, é preciso acabar imediatamente com a cultura do "não há recursos suficientes" e conter a evolução desenfreada dos gastos governamentais. O governante deve ser capaz de impor limite ao mal gasto da máquina pública e usar os recursos nas áreas que realmente impactam a qualidade de vida das pessoas, sendo a mensuração dos resultados uma prerrogativa para qualquer gasto público.

romeu zema 30
GOVERNADOR
VICE PAULO BRANT

Minas merece o Novo

Para este Plano se tornar realidade, vamos eleger os candidatos do NOVO.

DEPUTADOS ESTADUAIS

Adriano Pimenta - **30300**
Alcides Ribeiro - **30303**
Alexandre Gonzaga - **30007**
Bartô do Novo - **30000**
Bernardo Silviano Brandão - **30030**
Cristina Garvil - **30001**
Daniel Angotti - **30034**
Danilo Rocha - **30600**
Dra. Patrícia Albergaria - **30333**
Eduardo Ribeiro (Dr. Dadinho) - **30321**
Guilherme da Cunha - **30400**
Gustavo Marra - **30150**
Igor Burkowski - **30222**
João Moreira - **30361**
Laura Serrano - **30700**
Marcelino W Franco - **30500**
Marli Gava - **30555**
Marta Perácio - **30456**
Reginaldo Ferreira - **30123**
Roberto Batata - **30003**
Selma Carmo - **30156**
Sérgio Americano Mendes - **30777**
Soraya Gervásio - **30789**

SENADOR

Rodrigo Paiva - **300**

José Carlos Lassi - 1º Suplente
Eduardo Celeghini - 2º Suplente

DEPUTADOS FEDERAIS

Alessandro Backx - **3011**
Alexandre Lima - **3044**
Daniel Tinoco - **3070**
Delegado Federal Helber - **3032**
Dra. Lívia Murta - **3042**
Dr. Bernardo Ramos - **3015**
Dr. Carlos Eduardo - **3000**
Eliane Turra - **3007**
Elisa Lopes - **3060**
Fábia Freitas - **3008**
Fabricia Abreu - **3066**
Felipe da Mata - **3077**
Gabriel Mendes - **3034**
Guadalupe Dias Contadora - **3035**
Helena Jacomini - **3090**
Hélio Lopes - **3050**
Leandra Machado - **3063**
Léo Mesquita - **3040**
Lucas Gonzalez - **3022**
Luciana Lopes - **3055**
Márcia Wiesen - **3016**
Marco Rocha - **3099**
Marcus Soares - **3020**
Orlando Novo - **3006**
Procurador Marcelo Cabral - **3013**
Raphael Tavares - **3080**
Ricardo Zema Guimarães - **3010**
Rogerio Alcantara Federal - **3033**
Rômulo Buldrini Filogônio - **3053**
Suellem Aglio - **3017**
Tiago Mitraud - **3031**
Tunico Caldeira - **3012**
Victor Cezarini - **3030**
Vívia Paula Abreu - **3003**
Walter Nery - **3001**
Warley Mól - **3088**

CNPJ ROMEU ZEMA - 31.099.212/0001-00 - PARTIDO NOVO 30

30

zema

GOVERNADOR

NOVO

Conheça o Novo: zema30.com.br